

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E METRÓPOLES EM EXPANSÃO¹

■ Michael Sorkin

O que é preservação? Para começar, é uma parte natural da vida cidadina, uma consequência do processo geral de respiração urbana. O ambiente construído vem e vai: algumas de suas partes ficam, outras desaparecem. Estamos todos continuamente modificando nossos ambientes sob uma ampla variedade de influências, desde a tremenda oscilação da tecnologia e da

cultura até o âmbito particular de nossos próprios recursos e famílias.

Os modos de construção que caracterizam nossos ambientes conferem a cada obra de arquitetura uma espécie de meia-vida. Seja como proprietários ou locatários, construtores ou guardiães oficiais do bem estar cívico, somos constantemente confrontados com ocasiões e oportunidades tanto para responder quanto para regular os ciclos de vida dos edifícios em que habitamos. Esse gerenciamento cotidiano não é apenas manutenção – muito diferente conceitualmente, embora não tecnicamente, de preservação. O que distingue preservação de manutenção é um suplemento especial de valor, algo além da necessidade diária de assegurar a segurança e a integridade de uma estrutura.

O valor é cultural. A preservação é sempre uma investigação contida em um sistema de crenças e desejos. Como um artefato de cultura democrática (ou de outra forma estruturada de tomada de decisão), a preservação atribui às construções o valor do consentimento. As auto-identidades das sociedades que preservam estão estreitamente ligadas não apenas às aparências das estruturas que produzem, mas também ao processo pelo qual essas sociedades concordam sobre o que deve ser salvo, modificado ou destruído.

A questão levantada não é exatamente nova, mas nem por isso menos problemática por sua familiaridade. Na medida em que a cultura é crescentemente globalizada e as formas arquitetônicas da autenticidade se tornam cada vez mais fáceis de manipular e reproduzir, corremos o risco de cair numa condição geral de desonestidade arquitetônica. A melhor defesa de uma arquitetura histórica autêntica é o complemento de uma autêntica arquitetura contemporânea.

Tradução Ana Fernandes
Revisão Anete Araújo

AUTENTICIDADE

Onde se originam esses valores? A preservação sempre está comprometida com a idéia de autenticidade. Como um

■ Michael Sorkin é arquiteto e escritor com escritório em Nova Iorque
sorkin@thing.net

conceito altamente problemático e freqüentemente utilizado como um cassetete, ele tem especial ressonância e acessibilidade em ambientes que têm sido continuamente habitados. Tal autenticidade *arquitetônica* é profundamente codificada nas suas sociedades ancestrais, em uma grande quantidade de práticas e procedimentos que constituem as legibilidades de estratégias nativas de construção.

Tão importante quanto autenticidade *arquitetônica*, entretanto, é a autenticidade *social*, o padrão de vida vivida, a ecologia do viver. Uma sociedade define seus próprios valores através da reverência e respeito que ela atribui a diferentes estilos e formatos de vida. A autenticidade *histórica* flui desse ajuste entre forma e vida e das exigências de proteção que a cultura impõe. Qualquer outra definição é muito seca, muito artificial, muito alienada da arte de viver. Autenticidade histórica sempre requer um vetor de testemunho. Essa é a noção de que paredes têm, efetivamente, ouvidos e olhos e assistiram e escutaram grandes e pequenos eventos que caracterizam as particularidades de suas culturas ancestrais.

Finalmente, a força *fenomênica* mais pura da autenticidade é muito mais difícil de codificar. Conhecemos nossas cidades e lugares por seus humores, por um conjunto inefável de fenômenos que não podem ser facilmente caracterizados, mas que nós corremos o grande perigo de perder. Essas são características que escapam à quantificação, que são simplesmente irreprodutíveis por meio da vontade, que podem permanecer apenas se uma extensa continuidade cultural sobrevive.

Assim, um estado de ânimo que deveríamos preservar em seu lugar original exige que o escopo da preservação seja mais amplo que o contexto limitado da estrutura ou do bairro. Preservação traz à tona a questão da ecologia, a mistura de interdependências globais que mantêm os sistemas agregados. Uma idéia sustentável de preservação exige que tenhamos uma visão nuançada do amplo entorno no qual estão os objetos de nossa atenção imediata.

PRESERVAÇÃO E O SEU SIMULACRO

Há um pequeno estacionamento, não longe de meu escritório, na Tribeca, no baixo Manhattan. Há muitos anos, ele fervilhava com trabalhadores ocupados em construir dois edifícios “históricos”. Ambos pareciam muito simpáticos e adequavam-se muito bem ao contexto circundante. Eles tinham uma escala e um nível de detalhes raramente presentes nas construções atuais de Nova Iorque, edifícios dos quais o bairro parecia necessitar. Mas, quando examinados mais detidamente, eram apenas fachadas, cenários teatrais.

Quem, a não ser Hollywood, poderia ser o responsável por essa produção? Durante semanas, pôsteres foram colados na vizinhança, antecipando os transtornos que uma filmagem poderia ocasionar. Os panfletos também explicavam a razão para a construção dos dois “edifícios”, supernaturalmente autênticos. O cenário deveria abrigar a cena-chave do filme: o encontro entre a garçonete Bridget Fonda e o policial Nicholas Cage. As brochuras alegavam que os responsáveis pelos locais de filmagem tinham revirado a cidade inteira procurando por uma lanchonete conveniente para rodar a cena, mas tinha sido impossível encontrar um único lugar que satisfizesse suas exigências de “autenticidade”. Daí a decisão de construir o simulacro, mais “autêntico” do que qualquer uma das realidades disponíveis.

A questão que estou levantando não é exatamente nova, mas nem por isso menos problemática por sua familiaridade. Na medida em que a cultura é crescentemente globalizada e as formas *arquitetônicas* da autenticidade se tornam cada vez mais fáceis de manipular e reproduzir, corremos o risco de cair numa condição geral de desonestidade *arquitetônica*. A agressividade da *disneyficação* – construindo o Castelo de Ludwig ou o Alhambra em Tóquio ou Orlando – é a condição da arquitetura no mundo hoje, porque esse caminho é possível e popular. Se não outra coisa, essa situação coloca os termos do debate.

Ao mesmo tempo em que não há nada de errado de *per se* com a criação de espaços de fantasia e entretenimento, o fenômeno coloca riscos reais para a idéia de preservação. Os riscos se centram em duas questões. Primeiro, a corrupção da aura da autenticidade genuína coloca um grande peso na sua memória. Se não podemos perceber a diferença, se o ambiente mente para nós, a tarefa de preservá-lo torna-se impossível e trivial.

Ironicamente, a segunda questão concerne à inovação. A melhor defesa de uma arquitetura histórica autêntica é o complemento de uma autêntica arquitetura contemporânea. Entretanto, se toda a produção do espaço está prisioneira de uma matriz de simulação, então nem o velho nem o novo podem gozar da liberdade de seu próprio espaço. Finalmente, o perigo do efeito Disney é que nós nos tornamos atores em lugar de cidadãos, fingindo ser parte de um ambiente que simplesmente zomba de nós, fazendo-nos pensar que ele é real.

Sem dúvida, muitos exemplares de maravilhosa arquitetura histórica deixaram, há muito, de corresponder às circunstâncias de significado responsáveis por sua invenção original. É óbvio que é ridículo tentar “preservar” sociedades tradicionais para manter arquiteturas tradicionais. Entretanto, devemos nos engajar num processo contínuo de julgamento, de selecionar o que é melhor em nossa vida

social e nos ambientes que criamos para ela. Dada a pressão constante por mudança, a preservação sempre requer uma escolha. Ela marca nossos valores.

Do ponto de vista da preservação urbana e arquitetônica, um conceito útil – um tipo de valor – é aquele de *clímax*. Esse sentido de *clímax* descreve um estado de perfeição ecológica, por exemplo, uma floresta que, assim como o grande agrupamento de sequóias do oeste, encontrou um estágio final de crescimento e entrou numa condição de homeostase. Essa grande sustentabilidade – aquela de uma auto-regulação, essencialmente um sistema fechado se reproduzindo para sempre – é um poderoso modelo para julgar as realizações da forma arquitetônica e urbana.

Esse modelo é particularmente importante para as cidades, em função de seu caráter fundamentalmente dinâmico. O reconhecimento de formas de *clímax* torna-se um meio crucial de regular e estabilizar a máquina do crescimento, de afirmar o caráter do *genius loci* e de organizar estruturas de consentimento social no ambiente. A idéia de *clímax* é também um meio muito direto de comprometimento com a questão da autenticidade.

Se fosse o caso de considerar as formas *clímax* na cidade de Nova Iorque, algumas das expressões arquitetônicas que vêm à mente são as fileiras de casas de arenito marrom do século XIX ou o pano de fundo dos arranha-céus de Wall Street. Vêm à mente também os modos característicos em que as construções interagem com os parques e outros espaços abertos. As grandes paredes de edifícios que cercam o Central Park ou a linha de força ao longo do Riverside Park são respostas arquitetônicas típicas para uma paisagem valorada e para as possibilidades de uma longa vista. Toda grande cidade produz suas formas espaciais, das praças georgianas do centro de Londres até a labiríntica Medina de Fez. Todas representam compactos sociais transmutados em forma.

Nos Estados Unidos, a idéia de preservação emergiu talvez como valor mais forte no urbanismo em geral. Essa tendência é um reconhecimento do triste registro a respeito do urbanismo modernista em relação ao passado e sua patologização da cidade, como também, reciprocamente, sua própria falência em produzir um ambiente de encanto comparável ao melhor de nossos urbanismos históricos.

Em função dessas origens em oposição, a ascensão do preservacionismo americano continua a ser estruturada como um processo essencialmente antagônico, no qual iniciativas do governo ou de empreendedores privados são combatidas por cidadãos com o poder de dizer não, seja em relação às autopistas, à “renovação urbana” ou à demolição de velhos e amados edifícios, que tão frequentemente têm ameaçado a felicidade privada. A demolição da Penn Station é amplamente considerada como um ponto local de inflexão.

Embora esse processo de contraposição tenha resultado em várias vitórias importantes, o sistema deixou a cidade esvaziada de novas idéias.

Como resultado, nós, novaiorquinos, moramos numa cidade que é extremamente tímida em relação a qualquer planejamento físico que não esteja referenciado em algum modelo histórico, ou que pareça ter um alcance maior. Porque não podemos admitir quaisquer das formas contemporâneas, o preservacionismo tornou-se não apenas um direcionamento ao passado, mas o modo principal de inventar o futuro. Essa tática ameaça a autenticidade do passado, submergindo-a num mar de formas copiadas, simplesmente sem alma, de velhos modelos, deformando seu contexto para despojá-los de seus últimos vestígios de aura. Como o *sprawl* e o crescimento excessivo relegam as cidades históricas para uma marginalidade estatística e literal, uma abordagem mais criativa é requerida.

Um projeto que fizemos, há alguns anos, relacionava-se, entre outras coisas, aos centros, os quais eu acredito serem críticos para a legibilidade, a funcionalidade e a convivialidade das cidades. O projeto é em Nova Iorque Leste, saindo do Brooklyn e longe do centro da cidade. O bairro tanto se situa na orla da cidade como oferece um lar para os marginalizados. Nova Iorque Leste é um bairro muito pobre e um museu que comporta virtualmente toda tipologia de habitação social modernista falida.

Mas Nova Iorque Leste tem dois potentes recursos. O primeiro é uma comunidade engajada e ativa, com uma rede de organizações políticas e de auto-ajuda. O segundo é uma grande abundância de terra vazia de propriedade da municipalidade. Esses dois recursos, percebemos, devem ser usados para ancorar uma transformação dramática na vizinhança. Mas que tipo de transformação deve ser, dado o caráter insatisfatório tanto do existente – espaço vazio, decrépito e sem lugares centrais legíveis – quanto da variedade de soluções propostas ao longo dos anos?

A solução mais comum, nos Estados Unidos atualmente, é o inspirado-preservacionista neo-urbanismo. Esses arquitetos – em ascensão no momento – sugerem um apelo a formas precedentes, a uma versão da teoria da intenção original, um sagrado documento neo-conservador. Para eles, a solução chave estaria em reconstruir densidades e formas “originais”, uma recriação de imputadas relações físicas superiores dos anos passados (com a antiga presunção de que seriam acompanhadas por relações sociais felizes).

Mas quais eram, de fato, as intenções originais dos empreendedores do leste de Nova Iorque? Localizar os pobres longe do centro da cidade? Prover uma vasta reserva de habitação subnormal e superpopulada? Oferecer os níveis mínimos de equipamentos e espaço público? Essas são intenções históricas claras que não merecem nenhuma

reverência, muito menos sua reprodução. Na medida em que existem ecologias sociais cruciais para alimentar e preservar, a importação de nostalgias pré-embaladas de um passado agradável que nunca existiu é uma fórmula míope e desastrosa. Uma abordagem mais crítica parece necessária.

Mas como começar? Arquitetura provém tanto de memória como de invenção. As opções não são, absolutamente, mutuamente excludentes. Eu advogo começar por rabiscos conceituais em lugar de radicalmente adotar possibilidades desde o início. É sempre mais fácil redesenhar que dar um grande salto, e é sempre desejável trabalhar com os benefícios tanto da liberdade quanto da restrição adstritos ao contexto urbano. Começamos, então, a soltar a imaginação e, ao mesmo tempo, preservando aquilo que já está construído e estabelecido.

Num esboço estritamente conceitual do projeto, pode-se ver um novo tipo de energia formal, na medida em que se começa a deslizar pela vizinhança. Embora abstratos, alguns padrões devem ser legíveis: primeiro, a preservação de edifícios existentes sem exceção e, segundo, um incremento dramático de espaço verde e de espaço azul. O segundo ponto é inspirado tanto por uma visão abrangente daquilo que a boa cidade deve ser em termos de equilíbrio entre espaços construídos e verdes (e pela dramática escassez de tais espaços em Nova Iorque Leste) e pelo entusiasmo da comunidade existente pela agricultura urbana. Esa é uma comunidade onde já existe algum cultivo em benefício dos sem-teto.

Dada essa disposição de mudança, perguntamo-nos o que pode ser a intervenção mínima requerida para alavancar essa transformação. Concluimos que plantar uma simples árvore no meio de um cruzamento podia ser um bom começo. Antecipamos várias conseqüências. Primeiro, o trânsito certamente se acalmaria e poderiam se desenvolver

meios de circulação paralelos, destinados a pedestres, através dos quarteirões. Segundo, imaginamos que, no lado protegido dos ventos de certos pontos de acupuntura, uma textura de casas e de jardins, de baixa densidade, bem verde, poderia crescer numa série de bolsões.

Terceiro, no entanto, pensamos, paradoxalmente talvez, que as novas áreas de baixa densidade forçariam a consolidação de atividades de rua com altas densidades em vários e compactos novos centros. Um dos problemas de Nova Iorque Leste é o excesso do espaço de ruas e sua inabilidade para criar lugares centrais convincentes e agradáveis. Embora o esquema seja radical em vários sentidos, seu efeito definitivo é reafirmar e preservar as formas e valores mais fundamentais da vida urbana.

A questão é que as estratégias para preservar a arquitetura e as cidades históricas estão entrelaçadas numa dinâmica com estratégias de inovação. Para ambas terem sucesso, elas precisam gozar de uma simbiose produtiva. Se tratarmos a preservação como o antídoto ou a antítese da inovação, nós não estaremos simplesmente negando a nós mesmos o benefício de novas idéias sobre sustentabilidade, tecnologia, vida social e comunidade. Correremos também o risco de que, perdendo sua relevância para a cidade viva, a própria preservação também perca sua capacidade de inspiração e seu poder para abrigar nossas mais preciosas memórias.

Nota

¹ Texto originalmente publicado sob o título de Protecting Architectural Heritage in Expanding Metropolises, no livro Historic Cities and Sacred Sites. Cultural Roots for Urban Futures, editado por Ismail Serageldin, Ephem Shluger, Joan Martin-Brown, Copyright © 2001 The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank.